

MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO: O QUE PENSAM OS PROFESSORES MILITANTES NO CAMPO DE LUTAS EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA, SOBRE A ATUAÇÃO NO SINTEPE?

Thays de Oliveira Santos¹

Alexandre Simão de Freitas²

RESUMO

A temática central desse artigo é a atuação de professores/as militantes no SINTEPE. Abordamos o campo de lutas em defesa da educação pública no estado de Pernambuco, identificando a construção das pautas de reivindicação e analisando a percepção que os próprios militantes têm dos impactos dessas estratégias. Mais amplamente, procuramos discutir a importância da participação em movimentos sociais no processo de formação dos(as) educadores(as), considerando esta participação enquanto processo de educação não formal. Para tanto desenvolvemos uma pesquisa qualitativa, realizando entrevistas com educadores/as filiados/as ao SINTEPE. Os dados estruturados indicaram que a atuação dos/as educadores/as que militam em defesa da educação pública no Sindicato afeta, de maneira sensível, a compreensão que os sujeitos têm da educação como princípio formativo e base de consolidação de um projeto alternativo de sociedade. A análise permite concluir que o SINTEPE representa um espaço genuinamente formativo, contribuindo diretamente na difusão de uma concepção ampliada de educação que abrange os direitos fundamentais de todos os seres humanos.

Palavras-chave: Educação pública; sindicato; militância educacional.

INTRODUÇÃO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei N. 9.394 de 20 de dezembro de 1996, traz em seu Artigo 2º, ao discorrer sobre os Princípios e Fins da Educação Nacional, que a educação é dever da família, do Estado e da sociedade. Entretanto, ainda é comum ao iniciarmos uma discussão acerca da educação, relacionarmos a mesma, quase que exclusivamente, à sua forma institucionalizada. Considera-se apenas o seu aspecto formalizado. Em uma direção oposta, consideramos que a educação se configura como uma prática social que compreende fenômenos amplos e complexos que se situam para além da sala de aula, englobando diferentes processos que visam formar sujeitos críticos e preocupados com o mundo.

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia - Centro de Educação – UFPE – thaysantosufpe@hotmail.com

² Prof. Dr. do Departamento de Administração Escolar e Planejamento Educacional e do Programa de Pós-Graduação em Educação - Centro de Educação – UFPE - alexshiva@uol.com.br

Seguindo Carlos Rodrigues Brandão (1988), entendemos que a educação emerge do desejo dos sujeitos em transformar o mundo, desdobrando dinâmicas variadas de socialização escolar e não escolar, o que significa recuperar um sentido de educação que designa o conjunto de práticas que envolvem nossa cultura política, bem como os movimentos sociais e as organizações da sociedade civil.

Assumimos, então, como pressuposto da pesquisa que originou esse trabalho de conclusão de curso, que o engajamento político do educador nos movimentos sociais tem “implicações em sua prática pedagógica, como componente fundamental de elevação da consciência crítico-reflexiva do docente” (SIQUEIRA, 2000, p.15), tendo a militância uma dimensão formativa importante para todos que atuam no campo da educação.

Nessa direção, buscamos apreender os possíveis impactos da atuação em movimentos sociais na formação dos(as) educadores(as), considerando esta participação enquanto processo de educação não formal. O interesse por essa temática relaciona-se com uma experiência de sete anos no movimento estudantil, em que atuei ativamente junto à diretoria da União dos Estudantes Secundaristas de Pernambuco – UESPE. Essa vivência me permitiu chegar não somente à compreensão da realidade em que se encontravam as escolas públicas, nas diversas regiões do Estado, possibilitou também a percepção da centralidade das lutas pela educação pública para todos. Nesse momento, dei-me conta do papel político e pedagógico da vida sindical dos professores, pois as parcerias entre as entidades estudantis e o sindicato dos trabalhadores em educação desvelou a existência de interesses e pautas comuns em defesa da educação.

Nesse contexto, como estudante do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco cultivei o desejo de realizar uma investigação sobre o papel formativo exercido pelo engajamento em lutas sociopolíticas específicas. Consideramos a singularidade do tema, pois ainda são poucos os trabalhos sobre essa temática. A questão norteadora que assumimos foi a seguinte: Quem são, o que pensam e como atuam os/as professores(as) que militam em defesa da educação pública junto ao Sindicato dos Trabalhadores na Educação de Pernambuco (SINTEPE)? Para responder essa questão delimitamos como objetivo mais amplo *analisar a atuação de professores/as militantes do SINTEPE no campo de lutas em defesa da educação pública no estado de Pernambuco, identificando, mais especificamente, as estratégias de luta na construção das pautas de reivindicação e focalizando a percepção dos*

impactos que essas estratégias têm sobre a compreensão de educação pelos próprios sujeitos militantes.

PENSANDO A RELAÇÃO MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO

Ao pensarmos em movimentos sociais é comum vir à mente atos de greve, passeatas, ocupações de terra, de prédios abandonados e até mesmo de escolas; fatos e mobilizações que envolvem uma intensa e, às vezes, agitada participação popular. Várias dessas mobilizações contribuíram para desencadear processos de mudança social, política ou cultural. Na década de 1970, por exemplo, em pleno período militar, muitas organizações sociais defenderam a democracia sem deixar de lado questões relativas às necessidades específicas dos trabalhadores, dos estudantes, das mulheres, etc., situação que se intensificou a partir dos anos 1980, quando as mobilizações passaram a pressionar e exigir o fim do regime militar em nosso país. Um dos marcos desse processo foi o movimento que ficou conhecido como *Diretas Já*, movimento civil que reivindicava a eleição direta para presidente da república. Na mesma direção, na década de 1990, os *caras pintadas* ganharam destaque no *impeachment* do então presidente Fernando Collor.

No início desse novo milênio, a globalização e o desenvolvimento de novas ferramentas de tecnologia, como a internet, tornou possível a rápida divulgação dessas manifestações em todo o mundo. Entre os múltiplos exemplos, podemos destacar a greve geral de estudantes nas universidades francesas, no início dos anos 2000, que reivindicavam o fim do Contrato do Primeiro Emprego³; as derrubadas populares dos presidentes de países do Norte da África (Egito, Tunísia); o movimento *Ocupe* que mobilizou milhares de pessoas em vários países, inclusive o Brasil. Em Pernambuco, por exemplo, merece destaque o movimento *Ocupe Estelita*⁴, e, mais recentemente, as ocupações nas escolas públicas de São Paulo e do Rio de Janeiro por estudantes, com apoio de pais, professores e intelectuais contrários à proposta de reorganização da rede de ensino, contra o Projeto de Lei 44/16 – que incide sobre a possibilidade de

³ Tratava-se de uma lei trabalhista que tinha como objetivo reduzir o desemprego entre os jovens ao permitir que as empresas contratassem pessoas de faixa etária inferior a 26 anos por dois anos, com possibilidade do rompimento desse contrato a qualquer momento sem a necessidade de qualquer justificativa.

⁴ Esse movimento se colocou contra a venda de uma área da capital pernambucana para empresas privadas construírem novos empreendimentos comerciais, atuando em favor da valorização dos espaços públicos.

privatização do ensino –, tanto quanto pautas de lutas locais, como o sucateamento estrutural das escolas, a falta de bibliotecas, etc.

Não poderíamos deixar de mencionar as manifestações mais recentes, de caráter político, organizadas por grupos que posicionavam-se contra a corrupção e o governo; o que gerou o afastamento da presidenta reeleita, democraticamente, nas eleições de 2014, sr^a Dilma Rousseff.

Todas essas ações, segundo Maria da Glória Gohn (2011), guardam um sentido educativo profundo, embora ainda pouco explorado no campo pedagógico brasileiro. Os movimentos sociais têm sido objeto de análise, sobretudo nas ciências sociais. Só muito recentemente, os educadores passaram a se ocupar dos movimentos sociais enquanto

[...] ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas. Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.) até as pressões indiretas (GOHN, 2011, p. 335).

Os movimentos sociais são a expressão coletiva das chamadas *minorias*, podendo ser considerados como ações de reivindicação constituídas por grupos pluriclassistas que têm como principal objetivo o desenvolvimento de mudanças sociais. Nessa direção, Marlene Ribeiro (2002) indica que os movimentos sociais possibilitam um olhar renovado acerca da educação, uma vez que os cidadãos participam ativamente das decisões políticas. A autora aponta que um conceito mais abrangente de educação exige promover e incluir processos formativos diversos, realizados em práticas sociais que se relacionam entre as diferentes manifestações de convívio entre seres humanos.

[...] uma concepção ampliada de educação abrange os processos formativos que se realizam nas práticas sociais relacionadas às diferentes manifestações de convivência humana que ocorrem na vida familiar, no trabalho, no lazer, na participação política e no aprendizado escolar (RIBEIRO, 2002, p. 115).

Ribeiro (2002, p. 125) aponta ainda que a educação é inseparável do exercício efetivo da cidadania, pois não há como separar os processos educativos dos desafios de viver nas cidades atravessadas por dinâmicas de exclusão e dominação variadas. Da mesma forma, Maria da Glória Gohn (2009) defende que a educação designa um conjunto de práticas socioculturais de aprendizagem e produção de saberes que envolvem organizações/instituições, atividades, meios e formas variadas em um

processo não apenas pedagógico, mas social, político e cultural de formação para a cidadania, o que permite evidenciar o caráter educativo dos movimentos sociais.

Disso decorre uma dupla exigência para os educadores e pesquisadores em educação: por um lado, mapear historicamente os movimentos sociais e suas lutas pela educação, formais ou não formais; por outro lado, investigar o trabalho dos profissionais da educação básica que atuam nesse âmbito. Nesse contexto, Gohn (2009) enfatiza o papel educativo das organizações sociais, dos sindicatos e das associações estudantis. A participação junto a esses movimentos provoca, segundo ela, uma “reorganização estrutural” dos serviços públicos, como a oferta de mais creches, por exemplo, que libera a mulher para o mundo do trabalho assalariado e traz as crianças mais cedo para a vida em coletividade, ou mesmo a conquista das escolas para “filhos de ocupantes de Terra” (GOHN, 2009, p. 26).

O MOVIMENTO SINDICAL ENQUANTO MOVIMENTO SOCIAL E EDUCACIONAL

Assim, os movimentos sociais têm um papel decisivo nas lutas para tomadas de decisões importantes relativas à educação pública, afetando a construção de políticas públicas concernentes. Nesse contexto, destacamos o papel dos sindicatos enquanto uma forma histórica tradicional de organização dos trabalhadores que se originou na Inglaterra, em meados do século XIX, com as *trade-unions* – associações criadas pelos próprios trabalhadores, que objetivavam o desenvolvimento da luta contra jornadas de trabalho extenuantes, por salário digno – mesmo que esse fosse, diante de determinada conjuntura, o mínimo necessário à sobrevivência do trabalhador.

Dentre outros estudiosos, Lanza (2010) afirma que nas pesquisas sobre as organizações de trabalhadores, sejam associações de profissionais ou sindicatos, é quase consenso sua coincidência com o processo de industrialização que ampliou o desenvolvimento do sistema capitalista de produção, através de um regime de acumulação que tem como característica a exploração da força de trabalho. Logo, “o movimento sindical nasceu inicialmente em frentes de solidariedade e autodefesa, no sentimento de revolta contra a sociedade burguesa e o modo de produção capitalista” (LANZA, 2010, p. 39).

No Brasil, as lutas da classe operária eclodiram no final do século XIX, em um processo também vinculado às transformações econômicas e sociais ancoradas na

adoção do modo capitalista de produção. Rêses (2008, p. 48), lembra que “as primeiras formas de organização dos trabalhadores brasileiros foram as Sociedades de Socorro e Auxílio Mútuo, que tinham como objetivo auxiliar materialmente os trabalhadores em dificuldades, por exemplo, durante as greves”. Em seguida, surgiram as “União Operárias que, com o advento da indústria deram origem aos sindicatos”. O primeiro congresso operário ocorre em 1906, tendo a participação de delegados do Rio de Janeiro e São Paulo, locais onde as mobilizações sindicais eram mais desenvolvidas. A partir deste evento, surgiu a Confederação Operária Brasileira. A datar dos anos 1920, considerando a influência provocada pela Revolução Russa (1917), as manifestações operárias cresceram de modo significativo, tornando-se cada vez autônomas, apesar dos esforços de vários governos para controlar o nascente movimento sindical brasileiro. Vale ressaltar as tentativas governamentais de monitorizar os operários com a criação do Conselho Nacional do Trabalho. Esse Conselho visava conciliar os interesses dos trabalhadores e manter as reivindicações operárias sob um controle mínimo do Estado.

Após a Segunda Guerra Mundial, com a aceleração do desenvolvimento industrial no país e o conseqüente crescimento do número de operários, fortalece-se, uma vez mais, o movimento sindical. Juscelino Kubitschek, presidente do Brasil entre 1956 e 1961, desenvolveu uma política que procura dialogar entre os dois campos – operários e patrões – na perspectiva de fortalecer o nacionalismo desenvolvimentista. No governo de João Goulart (1961 – 1964), conhecido pela relação que mantinha com os sindicatos, o fortalecimento sindical se evidencia e surgem novas centrais sindicais.

Esse fortalecimento, contudo, seria bruscamente interrompido com o golpe militar de 1964, quando os sindicatos foram fortemente reprimidos. A decadência do militarismo fez com que novas formas de manifestações sociais surgissem, juntando-se ao movimento sindical. É nesse momento que irrompe o sindicalismo docente, o qual emerge criticando duramente algumas práticas do sindicalismo marcadamente as de cunho assistencialista. O marco da transição de um sindicalismo docente de caráter assistencialista para uma entidade que assumia, de fato, um caráter sindical autônomo e combativo, ocorre com o surgimento da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, a CNTE.

Julián Gindin (2013), no texto denominado *Sindicalismo dos trabalhadores em Educação: tendências políticas e organizacionais*, analisa o papel das organizações de trabalhadores em educação, apontando a militância como forma de educação. Contextualizando o sindicalismo dos professores, o autor se concentra no

desenvolvimento organizacional e na identificação política das organizações de trabalhadores em educação, apontando o impacto das greves de outras categorias para a organização de greves próprias. Gindin argumenta que “é a esquerda e a centro-esquerda política brasileira que disputam a direção sindical dos trabalhadores em educação” (GINDIN, 2013, p. 81).

Como consequência, as chapas que disputam a direção das organizações sindicais, comumente, se organizam com critérios claramente políticos. Ao analisar o processo de organização dos professores na Associação Brasileira de Educação, através da criação da Confederação dos Professores Primários do Brasil e da CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação), Andréa Barbosa Gouveia e Marcos Alexandre dos Santos Ferraz (2013), abordando com mais especificidade o sindicalismo, tratam da diversidade de organização e prática sindical, referindo-se à heterogeneidade de organização dos trabalhadores em educação no Brasil. Concordamos com Gouveia e Ferraz quando apontam em suas conclusões que a força da mobilização dos professores é influenciada pela expansiva e regular existência das redes de ensino, tanto quanto as redes se ampliam e se modificam em função da força corporativa dos professores.

Em Pernambuco, por sua vez, a organização dos trabalhadores da educação inicia-se, em 1967, com a APENOPE (Associação dos Professores do Ensino Oficial de Pernambuco). No ano de 1979 uma greve foi liderada por um novo grupo que assumiu a direção da Associação, que viabilizou a criação do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco. Em 1990, o SINTEPE fundiu-se com várias entidades ligadas à educação (entidades dos Supervisores, Orientadores e Funcionários Administrativos).

Esse breve estudo da atuação/participação militante em movimentos sociais, no caso mais específico, no movimento em defesa da educação pública, permite a compreensão da aplicabilidade de uma práxis que se volta para a constituição de sujeitos que, conscientes de seus direitos e deveres, passam a desenvolver um papel crítico na sociedade. Nesse sentido, uma análise do papel formativo de indivíduos que emergem na sociedade a partir do desenvolvimento sociopolítico por meio de órgãos ou instituições não formais, como é o caso mais específico dos sindicalizados, participantes no Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco, exige repensar a educação em seu sentido mais amplo por meio de formas e instituições diversificadas.

METODOLOGIA

Ao partir do pressuposto de que a militância política tem uma dimensão formativa importante para todos que atuam no campo da educação, como nos aponta Ribeiro (2002) ao afirmar que

[...] “uma concepção ampliada de educação abrange os processos formativos que se realizam nas práticas sociais relacionadas às diferentes manifestações de convivência humana que ocorrem na vida familiar, no trabalho, no lazer, na participação política e no aprendizado escolar” (RIBEIRO, 2002, p. 115)

Buscamos apreender o impacto da participação em movimentos sociais na formação dos(as) educadores(as). Para tanto, desenvolvemos uma pesquisa de caráter qualitativo (TRIVIÑOS, 1987; VENTURA, 2007), pois nossa preocupação não era com a representatividade quantitativa dos/as professores/as militantes, mas principalmente com a compreensão profunda dos significados que eles/as atribuem à própria ação militante e à luta pela educação pública.

Em um primeiro movimento metodológico, contextualizamos nosso tema de pesquisa na produção acadêmica atualmente existente, onde destacamos os trabalhos desenvolvidos por Andréa Barbosa Gouveia e Marcos Alexandre dos Santos Ferraz, que realizam um resgate histórico sobre a organização dos professores na Associação Brasileira de Educação, a criação da Confederação dos Professores Primários do Brasil e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. Focalizamos também as pesquisas de Marlene Ribeiro e Julián Gindin que discutem respectivamente, a participação ativa dos cidadãos nas decisões políticas e a organização política dos trabalhadores em educação.

Por fim, mas não menos importante, destacamos as pesquisas de Maria da Glória Gohn sobre a educação não formal no Brasil, tendo como horizonte analítico as lutas e os movimentos em defesa da educação pública. Todos esses trabalhos permitiram contextualizar como os profissionais da educação pública, atuantes no sindicato ou não, configuram-se como verdadeiros sujeitos políticos das lutas em defesa da educação.

Em seguida, realizamos entrevistas semiestruturadas, considerando que as questões pré-definidas seriam diretrizes, e não ditames da forma como a entrevista decorre, posto que as questões não precisariam obedecer a uma determinada ordem, a uma mesma forma com que foram definidas inicialmente, com três sujeitos, sendo uma

primeira entrevista realizada na Universidade Federal de Pernambuco, uma outra na sede do Sindicato dos Trabalhadores na Rede de Processamentos de Dados – SINDPD, e a última na sede do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco – SINTEPE. Os três sujeitos entrevistados são sindicalizados, sendo: um professor filiado ao sindicato; o diretor presidente do SINTEPE e um membro da diretoria. O propósito era compreender a lógica formativa dos investimentos militantes, a partir da relação educação-movimentos sociais, apreendendo seus efeitos na atuação dos/as educadores/as que militam em defesa da educação pública, e ao mesmo tempo problematizando suas implicações para a vida e a prática desses/as educadores/as a fim de entender como eles mesmos percebem o processo de construção de uma pauta coletiva em defesa da educação pública.

Iniciamos as nossas buscas pelos sujeitos a serem entrevistados no início de fevereiro do ano em questão, compreendendo as possíveis dificuldades que poderíamos enfrentar, considerando ser o SINTEPE um sindicato de base estadual e que lida com tarefas diversificadas, como pudemos comprovar nos relatos dos entrevistados. Nossa primeira entrevista foi realizada com o professor *Cleiton*, que hoje se encontra como diretor de uma escola técnica estadual, localizada no município de São Lourenço da Mata, Região Metropolitana de Recife. Após algumas tentativas de encontra-lo em seu local de trabalho, realizamos a entrevista no Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco, local em que estaria para a participação em uma capacitação. A segunda entrevista aconteceu na Sede do SINDPD, com o presidente do SINTEPE, o professor *Fernando*. O local foi escolhido tendo em vista a realização de uma reunião em que o SINTEPE participaria, junto com outros movimentos, como a CUT e a CNTE. Considerando as dificuldades de compatibilidade de sua agenda para a realização da entrevista, devido à carga de trabalho atribuída ao presidente do sindicato, percebemos que não haveria outro momento que não aquele. A terceira entrevista aconteceu com o professor *Dilson*, na sede do SINTEPE, sem maiores contratemplos. A seguir vamos apresentar e discutir os principais resultados obtidos com a investigação.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Percursos da vida militante: o *antes*, o *depois* e o *agora* da filiação

Nosso primeiro entrevistado, Cleiton, é filiado ao sindicato há nove anos. Formado em Geografia, com mestrado em Geografia, chegou ao SINTEPE logo que

ingressou na rede estadual de ensino, através de concurso público; por já ter uma passagem por movimentos políticos, filiou-se de imediato. Cleiton, hoje atua na gestão de uma escola técnica estadual. Sua rotina de trabalho se desenvolve em torno das responsabilidades da gestão escolar, acompanhando

[...] todo o andamento da escola com reuniões semanais com os coordenadores ou pessoalmente... Alunos que chegam atrasados, indisciplinados, reuniões, provas, financeiro, estrutura, etc. Chego pela manhã, às 7:30. Acompanho a entrada dos alunos e os possíveis atrasos. Anotamos quem chegou atrasado e, três atrasos consecutivos, mandamos de volta e comunicamos aos pais. Depois vejo a parte pedagógica com a coordenadora, e as questões de infraestrutura, alimentação, serviços, etc. À noite fico até umas 20h e 30m. Acompanho as atividades de secretaria e andamento das aulas (CLEITON).

Embora filiado há nove anos afirmou não estar mais participando diretamente das atividades sindicais. Abordado sobre essa questão, ele afirmou que as atividades do sindicato, nesse momento, se restringem basicamente às atividades burocráticas, quando deveriam “desenvolver mais mobilizações”. Suas análises, ao longo da entrevista, revelaram uma percepção bastante crítica com relação a esse aspecto. Para ele, o Sindicato tem se preocupado mais com “as atividades econômicas”. Por outro lado, as discussões no interior do próprio Sindicato parecem estar diminuindo em intensidade e radicalidade, o que não impede que ele enxergue o sindicato como uma “instância fundamental na luta por uma educação de qualidade e condições dignas de trabalho”.

Assim, ao refletir sobre a história do seu processo de filiação, Cleiton retomou os ataques aos direitos trabalhistas e as concepções de educação que tinham como base a pedagogia de Paulo Freire. Na sua visão, a crítica à educação bancária teve um papel chave para o SINTEPE, funcionando como uma matriz das “revoltas da categoria” que evocava o pensamento freiriano para convocar a categoria a lutar tanto pela qualidade da educação pública quanto pela valorização do profissional da educação. Hoje em dia, entretanto, as políticas públicas de educação têm sido organizadas de forma a retirar inclusive direitos já adquiridos. Apesar disso, as lutas parecem menos intensas:

Fazendo um breve levantamento da situação da categoria, é fato que parte significativa do salário do professor é composta por gratificações que não são incorporadas à sua aposentadoria, nem quando há a necessidade de afastamento por ordem médica. Mas qual é o comportamento da categoria? O próprio Plano de Cargos e Carreiras é também ‘ferido’ até mesmo nas negociações sindicais. É preciso redefinir a organização sindical e focar em pontos que afetem a vida concreta dos professores e não seguir pautas meramente econômicas. (CLEITON).

José Fernando, nosso segundo entrevistado, é formado em Matemática. Sua relação com o movimento sindical vem desde antes da existência do SINTEPE, posto que já era filiado à APENOPE (Associação dos Professores do Ensino Oficial de Pernambuco), em 1982. Quando esta transformou-se em sindicato, na década de 1990, ele teve sua filiação realizada de forma automática, por se tratar de uma fusão da APENOPE com entidades dos orientadores, supervisores e da comissão de funcionários administrativos, em que surge o SINTEPE. Assim, são aproximados 34 anos de filiação. Ao ser questionado sobre suas tarefas cotidianas, Fernando nos informou que, hoje, desempenha atividades exclusivas no sindicato, destacando que embora tenha inicialmente tentado conciliar as rotinas de sala de aula com as rotinas sindicais, esta última, “cobra uma dedicação maior, por não ter horário ou rotina fixos, lhe tirando da sala de aula, coisa que sempre gostou muito e que alimenta a esperança de voltar”:

[...] a rotina é puxada, diante da dimensão que alcança hoje o Sindicato, de base estadual que possui cerca de vinte e seis mil filiados, treze núcleos regionais, dezesseis setores na capital; mas, também, pelo fato de existir fortemente entre as pessoas uma cultura presidencialista que cobra a presença da figura do presidente em várias situações, mesmo que essas possam ser setorizadas.

Fernando acrescenta ainda que a rotina se torna “puxada” também pelo fato do SINTEPE participar de vários conselhos e movimentos que entende ser “complementares à sua luta sindical”. Para ele, essas entidades e movimentos, como a CUT, a CNTE, o Conselho Estadual de Educação, entre outros, são importantes nas ações desenvolvidas pelo SINTEPE fortalecendo a luta pela educação pública. É a partir dessas alianças que se fortalece o conjunto dos movimentos, apesar das suas pautas específicas. Ao ser questionado sobre o apoio da família, nosso entrevistado responde que

[...] se não fosse esse apoio da família e da namorada, hoje esposa, que sentem e compartilham o mesmo entusiasmo que tenho em atividades docentes e sindicais, seria muito difícil assumir as tarefas que são próprias dessa atuação. Além disso, tem o respeito, o carinho e a admiração dos meus estudantes, eles me deram certa consciência da responsabilidade diante do papel social do professor.

Ao avaliar suas atividades, Fernando lembra que parte das lutas sindicais do SINTEPE passam por reuniões, participação em atos, viagens, encontros, debates em

locais de trabalho, atendimento da base, discussão com as secretarias diversas, etc. O SINTEPE, na sua visão, possui uma importância estratégica nas lutas sociais em Pernambuco, aglutinando diferentes atores e movimentos.

[...] Veja, não é só a pauta da educação. O SINTEPE tem um papel fundamental em várias pautas de luta, não é só a educação. Vários movimentos reconhecem que o apoio do SINTEPE pode ser fundamental nas lutas e reivindicações que eles mobilizam. Daí a possibilidade de fortalecimento de uma luta que é desenvolvida em conjunto, para que se transforme a real condição de vida da sociedade, e não apenas de uma categoria de trabalho. O SINTEPE sempre se colocou como mais do que um mero sindicato de causas trabalhistas, como mera representação de uma determinada categoria profissional. Para além disso, o SINTEPE procura assumir a posição de um sindicato cidadão, um sindicato que tá preocupado com a sociedade, que tá preocupado com a política, que tá preocupado com os fatores de uma forma geral que interferem na nossa vida.

Nesse sentido, para ele, as relações sindicais estão cada vez mais vivas. Claro, diz ele, que há divergências, “debates acalorados”, seja nas reuniões de direção, seja nas assembleias, mas, sobretudo, há uma preocupação com o cidadão. O respeito aos diferentes pontos de vista configura-se como a principal marca do SINTEPE, uma importante característica que ele próprio precisou aprender ao longo de sua história na vida sindical. Na sua percepção, o SINTEPE é claramente um sindicato que busca contribuir no processo de transformação social, admitindo a existência de erros, “seja por omissão, seja por excesso”, mas ressaltando o que considera ser a “coisa mais importante”: o fato das lutas serem sempre acompanhadas de uma “avaliação para que possa mensurar em que situações pode-se avançar mais ou não”. Isso significa que, “apesar de todas as dificuldades, o SINTEPE é um instrumento de luta belíssimo, a gente tem que preservar, o movimento sindical, o movimento popular. Acho que a gente tem que preservar esses espaços e tem que ter muito zelo por eles” (FERNANDO).

Dilson, nosso terceiro entrevistado, é licenciado em História e filiado ao SINTEPE desde 1990. Afirma ter sido por conta de seu histórico de participação no movimento estudantil universitário, do qual diz ter participado ativamente, assim como pelo caráter de formação que se dava ao professorado, pelos professores da Universidade Federal Rural de Pernambuco, naquela época (1980). Ele afirma que tinha a pretensão de ser um “professor engajado politicamente pra nossa sociedade, e não só um professor de História”, o que justifica seu ingresso no SINTEPE.

Atualmente, Dilson divide-se entre a sala de aula e as atividades sindicais, por ser concursado junto ao município de Jaboatão dos Guararapes, além da rede estadual

de ensino. Ele ministra aulas de História para as séries finais do ensino fundamental II, atuando concomitantemente no SINTEPE onde ocupa o cargo da secretaria de interior. Seu esforço maior hoje, diz, é conciliar uma “rotina de trabalho de modo que possa cumprir com suas responsabilidades em ambos os setores”. Assim, Dilson dedica suas manhãs às atividades sindicais e as tardes à sala de aula. Por ter sido o primeiro da família a entrar para a Universidade, ele afirmou não ter tido qualquer reação negativa da família quando de sua escolha por participar das atividades sindicais. Até porque, diz ele,

[...] hoje em dia, há uma maior facilidade no que diz respeito ao acesso às Universidades, ou cursos superiores, mesmo para aqueles pertencentes às camadas economicamente menos favorecidas. Na década de 1980 era muito diferente, havia dificuldades para o ingresso na Universidade, havia um sentimento de valorização que ainda se cultivava pelos professores, por se tornar professor, entende? Isso trouxe um certo orgulho para meus pais, por isso acho que eles não se inquietaram quando comecei a participar do sindicato.

Ao solicitarmos sua percepção das atividades do sindicato, Dilson afirmou inicialmente que “o sindicato prima pelo exercício pleno da democracia”. Embora a cultura enraizada na sociedade brasileira, as decisões sindicais e o desenvolvimento das atividades ainda são deliberados coletivamente. Outra característica apontada foi a de que a diretoria do sindicato aprova as decisões buscando o consenso. Não há, segundo ele, a mera aplicabilidade de propostas aprovadas por maioria, mas o que há é “uma busca permanente pelo consenso entre todos os membros da diretoria para que as atividades possam ser efetivamente desempenhadas”.

Na sua visão, as relações no SINTEPE são de “alto nível”, primeiro, porque todos os membros se reconhecem enquanto trabalhadores que desempenham uma “mesma missão”, quer dizer, “uma função política dentro do sindicato”. Em segundo lugar, porque “embora haja uma disputa por espaço, em congressos, em assembleias, em que surgem opiniões divergentes, o consenso vem prevalecendo” e as relações têm se desenvolvido de forma respeitosa. Com relação à percepção da luta e militância em defesa da educação pública, Dilson afirma que a prioridade deve ser “levar a sociedade a ver a escola pública com um outro olhar”, para além do olhar meritocrático, pois esse tipo de olhar pretendido inclusive por algumas “secretarias de educação desperta na sociedade uma visão da escola enquanto propulsora de dons pessoais, estimulando o individualismo”.

Esse estímulo ao individualismo, nos termos de Dilson, “vai de encontro ao que se propõe o SINTEPE e tantas outras organizações sociais”, sejam elas sindicais ou não, posto que essas defendem transformações sociais por meio de ações coletivas. Entre as transformações sociais almejadas, podemos considerar a conquista de políticas públicas, que se dão, em uma maioria de situações, a partir de uma mobilização social significativa, compreendida essa por uma forma de reeducação da população, na perspectiva da compreensão de que as conquistas partem da organização social mobilizada em luta.

Como lembra Gohn (2009, p. 26), a aproximação dos professores sindicalizados com as demais categorias de trabalhadores se intensificou a partir dos anos 1980, confluindo em mobilizações como o “Movimento de Lutas por Creches”, em São Paulo e Belo Horizonte, o que contribuiu para uma “reorganização estrutural” dos serviços públicos. Para a autora, é justamente essa visão articulada e integrada o que garante o caráter efetivamente educativo dos movimentos sociais.

Usualmente, os sindicatos dos professores e o movimento dos estudantes são os protagonistas que entram em cena com maior frequência. As demandas são históricas, pois acompanharam o processo e o modelo de desenvolvimento do País quase sempre voltadas para os interesses da categoria profissional, mas as reivindicações ajudaram a construir as agendas de políticas públicas. A escola pode ser polo de formação de cidadãos ativos a partir de interações compartilhadas entre a escola e a comunidade civil organizada, e as lutas pela educação, o alicerce dessa nova história (GOHN, 2009, p. 35-36).

Por isso, o SINTEPE, na ótica de todos os entrevistados, precisa reiteradamente assumir seu papel pedagógico, contribuindo para educar os filiados e a sociedade em uma visão crítica da educação, mostrando o significado da escola pública para a democracia. Nesse sentido, o sindicato é mais que uma entidade que defende os interesses corporativos, é um instrumento de luta, tendo em vista o desenvolvimento da escola pública e de melhores condições de trabalho para o conjunto da sociedade.

A Luta em Defesa da Educação Pública: as pautas históricas do SINTEPE

Ao longo das entrevistas foi enfatizado que o Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco – SINTEPE surgiu a partir da união entre a Associação dos Professores do Ensino Oficial de Pernambuco (APENOPE), a Associação dos

Orientadores do Estado de Pernambuco (AOEPE), a Associação dos Supervisores do Estado de Pernambuco (ASSUEPE) e a Comissão dos Funcionários Administrativos.

Essas associações, mesmo enfrentando as repressões da ditadura militar, encaminhavam conjuntamente greves e atos diversos que culminaram na discussão acerca do Estatuto do Magistério. Nesse aspecto, o relato de Fernando traz uma percepção refinada do trabalho desenvolvido pela Associação dos Professores na década de 1980:

[...] A APENOPE, como era uma entidade muito atuante, muito combativa, a APENOPE fez chegar mesmo no interior, de onde eu sou, fez chegar a ideia do que era a Associação, a necessidade da campanha de filiação... era muito difícil naquele tempo você contribuía ... é... não contribuía como hoje, que você tem o desconto no extrato, então você tinha que pagar no carnê... era muito, muito complicado, mas a gente mesmo assim, contribuía um mês, às vezes não conseguia contribuir o outro, mas... fomos avançando em termos de organização da entidade, e hoje a gente tem uma situação bem mais confortável do que tínhamos naquela época. Confortável do ponto de vista da estrutura da luta, da condição da luta (FERNANDO).

Com o fim da intervenção militar e a consolidação da Constituição Federal de 1988, os servidores públicos recuperaram o direito legal de se organizarem nos sindicatos de classe. Nesse contexto, como ressalta Gohn (2011), os trabalhos de educação popular, as lutas pelas Diretas Já, a organização de propostas para a constituinte, acentuaram a relação entre educação e movimentos sociais. Esses movimentos passaram a compreender a necessidade de pautar novas reivindicações que culminassem em uma reorganização cultural da política, através de uma reorganização dos próprios movimentos.

A relação movimento social e educação existe a partir das ações práticas de movimentos e grupos sociais. Ocorre de duas formas: na interação dos movimentos em contato com instituições educacionais, e no interior do próprio movimento social, dado o caráter educativo de suas ações [...]. Nos anos 1980, a relação educação e movimentos sociais se acentua, por meio de trabalhos de educação popular, lutas pelas Diretas Já, organização de propostas para a constituinte e a Constituição propriamente dita. Os movimentos passaram a pautar uma nova agenda de demandas, e uma nova cultura política também é construída, alterando as políticas públicas vigentes (GOHN, 2011, p. 347).

Foi nesse cenário que, em 1990, nasceu o SINTEPE, como sindicato de base estadual, composto de treze núcleos regionais, sendo dezesseis setores na capital, chegando a um número aproximado de vinte de seis mil filiados. Além da pauta

específica do Sindicato, que inclui a discussão da jornada de trabalho, o plano de cargos e carreira, a condição salarial, a estrutura das escolas e as condições de trabalho, o SINTEPE se faz presente em uma série de conselhos e demais movimentos sociais que, segundo a avaliação dos entrevistados, complementam a luta sindical.

Entre as organizações e movimentos destacam-se a Central Única dos Trabalhadores, a CUT; a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, a CNTE e o Conselho Estadual de Educação⁵. Como confirmam as pesquisas de Julián Gindin (2013) há, de fato, uma identificação do sindicalismo docente com a CUT, pois essas entidades emergem na perspectiva de fortalecer as lutas das várias categorias trabalhistas, sendo uma característica dos sindicatos a união em federações, ou confederações, a partir das quais esperam poder fortalecer as reivindicações das demandas nacionais de cada categoria. Desse modo, segundo o entrevistado Fernando, a ordem das pautas é deliberada e cumprida a partir dos encaminhamentos dados pela categoria em suas instâncias de deliberação, quais sejam assembleias ou congressos, sendo posteriormente apresentada a prestação de contas do que foi feito.

Com esse procedimento, acredita-se que o Sindicato conserva o respeito da categoria, considerando os encaminhamentos dados a partir da vontade majoritária da própria categoria e não da direção sindical. A análise de Cleiton, contudo, destoa um pouco dessa visão, pois, para ele, é cada vez mais visível a interferência de fatores desmobilizadores que confluem na própria perda de direitos historicamente conquistados. Essa perda vem sendo pouco debatida, uma vez que o próprio Sindicato parece mais preocupado em manter o mínimo do que em ampliar e radicalizar suas lutas. Tais observações acerca do crivo de Cleiton fazem com que nos reportemos novamente às suas afirmações que apontam ser “preciso redefinir a organização sindical e focar em pontos mais concretos e não meramente econômicos”.

⁵ O Conselho Estadual de Educação é um órgão “normativo, deliberativo e consultivo do Sistema de Ensino do Estado de Pernambuco, sendo assegurado seu caráter público, sua constituição paritária e democrática e sua autonomia em relação ao Estado e às entidades mantenedoras das instituições privadas de ensino” (http://www.cee.pe.gov.br/?page_id=15) suprapartidário, tem por finalidade discutir e deliberar processos de fiscalização e funcionamento de escolas, tanto quanto dispor sobre assuntos de caráter pedagógico. A CNTE, surge da Confederação dos Professores do Brasil, passando a se chamar Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, quando de sua filiação à CUT, em 1990 (<http://www.cnte.org.br/index.php/institucional/a-cnte.html>). A CUT, por sua vez, foi fundada em agosto de 1983, com a perspectiva de fortalecer a luta pelas transformações políticas, econômicas e culturais, protagonizadas pelos movimentos sociais no momento em que surge o “novo sindicalismo” (<http://www.cut.org.br/conteudo/historico/>).

As políticas públicas de educação estão sendo organizadas para retirar direitos conquistados a duras penas. O caso do salário do professor é só um exemplo de várias perdas que estamos sofrendo como professores na atualidade. O problema é que, a cada rodada de negociação, o aumento salarial é encoberto por questões mais pontuais com o apoio do próprio Sindicato (CLEITON).

Apesar do tom, muitas vezes duro, presente nas posições de Cleiton, consideramos importante ouvir sua voz para entender os percalços da luta pela educação pública para todos, tendo em vista que sua visão aponta diretamente para os desafios da militância.

O próprio Fernando compartilha dessa preocupação quando, ao retomar seu processo de filiação à APENOPE depois de uma campanha feita pela Associação no interior do estado, lembra que inicialmente “a gente, mesmo sem compreender muito das coisas que acontecem, mas a gente percebia isso e a APENOPE como era uma entidade muito atuante, muito combativa, ela fez chegar mesmo no interior, de onde eu sou, fez chegar a ideia do que era a Associação e do que era a luta pela educação”

Assim, gerava-se o sentimento da luta organizada, de movimento organizado. Hoje, por outro lado, o processo de filiação parece mais burocrático. Como resultado, os filiados acabam se envolvendo menos com as pautas, mesmo com as ações que são mobilizadas. Talvez, uma das razões também esteja na história vivida pelos que contribuem diretamente para a despolitização e desmobilização dos/as educadores/as, o que rebate na atividade sindical, considerando que a pouca ou nenhuma atuação nos espaços coletivos de luta também se configura como um elemento que ajuda a compreender as dificuldades da militância sindical pela educação pública.

Essa ideia fica mais clara com as análises desenvolvidas por Rêses (2008), a partir de suas investigações sobre os processos históricos pelos quais passou a organização do sindicalismo no Brasil. Para esse autor, a primeira Confederação brasileira surgiu em 1906, com a participação de delegados do Rio de Janeiro e São Paulo, locais em que as mobilizações sindicais estavam mais desenvolvidas, entretanto, divergências entre correntes sindicais geraram o esvaziamento da Confederação.

Com a influência da Revolução Russa de 1917, crescem as manifestações operárias que se desenvolveram de forma autônoma, confirmando o fiasco do governo nas tentativas de controle do movimento sindical. Na tentativa de exercer um novo método de controle sobre os operários, o governo cria o Conselho Nacional do Trabalho, almejando conciliar os interesses dos trabalhadores, ao passo que buscava manter as reivindicações sob controle do Estado. Durante o governo de João Goulart,

conhecido pela relação que mantinha com os sindicatos, o fortalecimento sindical fica evidente e surgem novas centrais sindicais. Com o passar dos anos e com a decadência do militarismo no Brasil novas formas de manifestações sociais surgiram, juntando-se ao movimento sindical. Esse é o momento em que surge o sindicalismo docente, rompendo com características em que o sindicalismo era principalmente assistencialista.

O surgimento da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, a CNTE é o marco da transição de um sindicalismo docente assistencialista para uma entidade que assume de fato um caráter sindical.

Nessa direção, o discurso de Cleiton configura-se então como uma chave interpretativa interessante também nesse aspecto, pois como ele indica sua “participação nas lutas sindicais pela educação começou ainda na militância estudantil, o que lhe levou à filiação sindical imediatamente ao seu ingresso no estado”. Em outras palavras, a fala dos entrevistados deixa claro que, antes da filiação ao sindicato, eles já participavam de diferentes movimentos sociais, o que, sem dúvidas, influenciou no momento de decidir pela uma militância sindical na educação. Dilson, por exemplo, participava das lutas pela educação no movimento estudantil universitário, onde era militante do Diretório Acadêmico (D.A) do curso de História da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

A minha filiação foi automática, sem nenhuma indicação, por conta do meu histórico na universidade, que participei ativamente do movimento estudantil, do D.A da minha... do meu curso, participei de dois congressos da UNE, num é, fui formado... na década de 80, o professorado do meu curso, é daquela linha de professor, formar professor, engajado politicamente pra nossa sociedade, e não só um professor de História, então vem todo esse histórico, que desaguou em entrar na categoria pelo concurso e me filiar automaticamente (DILSON).

Em que pesem as diferentes percepções e avaliações a respeito do desenvolvimento das lutas sindicais em defesa da educação pública, em nosso Estado, é evidente o papel formativo desempenhado pela atuação junto aos movimentos sociais. Como afirma em seus estudos e pesquisas, Gohn (2009) aponta a evidência do caráter educativo dos movimentos sociais em que a educação, de forma mais abrangente, e de modo particular, a escola, são lembradas enquanto uma possibilidade de espaço civilizatório em períodos de exploração, medo, descrença e violência.

Assim, para todos os entrevistados, embora haja críticas e reconhecimento de limites na ação sindical, há uma defesa incontestada do SINTEPE enquanto importante

instrumento de organização e luta da classe trabalhadora em educação. Para eles, o Sindicato tem um papel formativo não apenas voltado para os/as filiados/as, mas também para o conjunto da sociedade, promovendo mais que conquistas trabalhistas, contribuindo para transformações sociais e políticas mais amplas.

Eu tenho plena convicção de que, se com o sindicato é difícil, com ele seria muito mais, sem ele seria muito mais. A gente tem que preservar, o movimento sindical, o movimento popular. E, uma coisa que eu acho que é muito importante pra qualquer um, qualquer segmento: a gente precisa reconhecer que mesmo a gente errando o SINTEPE tem um papel democrático vital (FERNANDO).

"É fundamental [o sindicato], né, não só porque é uma entidade que defende os interesses corporativos, somos uma corporação, e essa luta em defesa da educação pública, da escola pública, é inerente à isso porque nós somos funcionários e trabalhamos em escola pública, e ao defender a escola pública nós estamos defendendo melhores condições de trabalho e nós estamos defendendo também um projeto de sociedade na qual nós estamos inseridos, do ponto de vista profissional. Então o sindicato tem essa função importantíssima. (DILSON)."

[...] quando o SINTEPE consegue canalizar as revoltas populares e da categoria à necessidade pela busca de uma educação pública, o resultado é a valorização do profissional e da educação. Porém, essa luta é bem mais ampla (CLEITON).

Nessa perspectiva, a existência do sindicato se dá não apenas por ele ser uma entidade que defende os interesses corporativos, de um segmento da classe trabalhadora, mas, por defender a cidadania e a democracia de forma ampla. Para todos os entrevistados, os sindicatos da educação conseguiram ultrapassar a cultura política assistencialista, assumindo formas efetivamente políticas e pedagógicas de mobilização que permitiram uma atuação cidadã, onde as lutas atingem um nível macro e não apenas reduzidas aos interesses particulares da categoria. Uma prova dessa situação é a intervenção crescente na estruturação, no acompanhamento e no controle das políticas públicas, bem como o esforço para ressignificar os processos de mobilização social, a fim de ampliar as participações e o desenvolvimento concreto das lutas sindicais.

Assim, um dos desafios mais enfatizados, pelos entrevistados, dizia respeito à necessidade de qualificar a luta em defesa da escola pública, através de um esclarecimento amplo e profundo da sociedade com relação ao seu papel, de modo a fazer da educação pública a base para um novo projeto de sociedade. Como afirma Dilson,

[...] a luta sindical desenvolve um papel importantíssimo na sociedade, para leva-la a ver a escola pública com um outro olhar, que não o olhar meritocrático, que vem fomentando na sociedade do individualismo. O sindicato assume um papel de fazer o contraponto a isso: mostrar pra sociedade o desenvolvimento da escola pública, a sua construção e concepção dela. O olhar da categoria é diferente do das secretarias de educação, que se comportam enquanto ‘núcleo pensante’ e que delibera as políticas públicas educacionais para o estado ou para o município, sem ouvir a parcela, talvez, mais importante, que é o professorado, que tá no dia a dia, lá na frente, lá, no chão da escola, conhecendo a realidade, as dificuldades dos alunos, das famílias dos alunos. Nós procuramos construir uma concepção diferente da escola pública para debater com a sociedade e fazer o contraponto a esse modelo das secretarias de educação, dos governos, segundo a vinculação com a educação pública. Não é fácil porque eles têm ‘o poder de mando’ através das Gerências regionais [de educação], mas o sindicato não se nega a exercer seu papel de procurar fomentar na sociedade a necessidade de discutir outras formas de educação e de escola pública. E esse trabalho que o SINTEPE faz.

Observa-se, assim, o papel pedagógico desempenhado pelo Sindicato, papel reiterado de diferentes formas pelos educadores-as-militantes com quem conversamos e que acreditamos poder afetar também a visão dos/as pedagogos/as em formação.

Considerações finais

A pesquisa que subsidiou esse texto se propôs a analisar, desde a relação educação-movimentos sociais, o processo de formação e a atuação dos/as educadores/as que militam em defesa da educação pública, junto ao Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco. Do ponto de vista teórico, seguimos algumas indicações da professora Maria da Glória Gohn acerca do papel educativo dos movimentos sociais.

Assim, defendemos o SINTEPE como um espaço genuinamente formativo, contribuindo para difundir uma concepção ampliada de educação que abrange os direitos fundamentais de todos os seres humanos. Os dados estruturados indicaram também que a atuação dos/as educadores/as que militam em defesa da educação pública no Sindicato respalda os resultados encontrados em outros estudos, confirmando que a participação militante, em geral, e a militância sindical, em particular, afeta de maneira sensível a compreensão que os sujeitos têm da educação como princípio formativo e base de consolidação de um projeto alternativo de sociedade.

Com certeza, essa pesquisa não recobriu todos os elementos implicados na militância sindical em defesa da educação pública. Há ainda vários aspectos a serem investigados como, por exemplo, a percepção dos filiados não militantes sobre a própria militância e o Sindicato que os representa. Além disso, é preciso esclarecer como as

alianças realizadas pelo Sindicato interferem na estruturação da política educacional brasileira. Contudo, esperamos ter sinalizado alguns pontos que contribuam com a ampliação de estudos sobre o caráter educativo dos movimentos coletivos e sobre os efeitos do engajamento militante na luta em defesa da escola pública.

REFERÊNCIAS

- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. 17ª edição, São Paulo – SP, Ed. Brasiliense, 1986.
- FREITAG, B. **Escola, Estado e Sociedade**. São Paulo. Centauro, 7ª Edição revisada, 2007.
- GINDIN, Julián. **Sindicalismo dos trabalhadores em Educação: tendências políticas e organizacionais (1978-2011)**. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 48, p. 75-92, Editora UFPR. abr./jun. 2013.
- GOHN, M. **Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais**. São Paulo: Cortez, 2010.
- _____. **Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas**. Ensaio, v. 14, n. 50, p. 27-38, jan./mar. 2006.
- _____. **Lutas e Movimentos pela Educação no Brasil a partir de 1970**. EccoS - Revista Científica. São Paulo. V. II, n. 1, p. 23 – 38, janeiro-junho, 2009.
- _____. **Movimentos Sociais na contemporaneidade**. Revista Brasileira de Educação, v. 16, nº 47, maio – agosto 2011.
- GOUVEIA, Andréa Barbosa; FERRAZ, Marcos Alexandre dos Santos. **Sindicalismo docente e política educacional: tensões e composições de interesses corporativos e qualidade da educação**. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 48, p. 111-129, Editora UFPR. abr./jun. 2013.
- LANZA, Fernanda Fernandes dos Santos. **S 493 a Gestão Democrática, sindicato e participação política dos professores** / Fernanda Fernandes dos Santos Lanza. – Marília, 2010. 169f. ; 30cm. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2010. Bibliografia: f. 150 – 157.
- RÊSES, Erlando da Silva. **De vocação para profissão: Organização Sindical Docente e identidade social do professor**. Tese de doutorado. Universidade de Brasília. Instituto de Ciências Sociais. Departamento de Sociologia. Programa de Pós-Graduação em Sociologia (Doutorado). 2008.

RIBEIRO, Marlene. **Educação para a cidadania: questão colocada pelos movimentos sociais.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v.28, n.2, p. 113-128, jul./dez. 2002.

SIQUEIRA, Sandra Maria Marinho. **Movimentos sociais e educação.** (texto de uma discussão realizada no seminário temático GT-3 Educação e movimentos sociais, ministrado pelos professores Eliane Dayse e Ribamar Furtado, cujos ensinamentos e debate foram decisivos na ampliação do interesse desta doutoranda). Fortaleza: FAGED/UFC, s.d. Acessado em 29 de outubro de 2015.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais – A pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo – SP, Ed. Atlas, 1987.

VENTURA, Magda Maria. **O Estudo de Caso como Modalidade de Pesquisa. Pedagogia Médica.** Revista SOCERJ. 2007; 20(5), p. 383-386 setembro/outubro. P. 384.